



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE RESOLUÇÃO –
IMPLEMENTAÇÃO DO “PASSE SOCIAL” NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

| | |
|--|---------------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ARQUIVO | |
| Entrada | 2781 Proc. Nº 109 |
| Data | 09 / 06 / 16 Nº 22 / 2009 |

PONTA DELGADA, 16 DE JUNHO DE 2009



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Comissão Permanente de Economia reuniu nos dias 8 e 9 de Junho de 2009, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de apreciar e dar parecer sobre o Projecto de Resolução – Implementação do “Passe Social” na Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação do presente projecto de Resolução enquadra-se no disposto no artigo 31.º, n.º 1, al. d) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro e com o que estipula o artigo 145º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

Estamos perante um Projecto de Resolução em que se pretende que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que desencadeie os mecanismos necessários à implementação de um “Passe Social” agregado ao transporte colectivo de passageiros, de abrangência regional.

A iniciativa tem em linha de conta o incentivo à utilização de meios de transporte, equipamentos e energias menos poluentes, por intermédio da concessão de incentivos financeiros ao abrigo do Sistema de Incentivos à Redução do Impacto Ambiental e Renovação das Frotas no Transporte Colectivo Regular de Passageiros (SIRIART).

É ainda tomada em consideração a importância do sector dos transportes públicos no incremento da competitividade económica regional, através do aumento dos níveis de empregabilidade das populações deslocadas, por intermédio da introdução de horários alargados e novos percursos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A introdução deste passe social traduzir-se-á num aumento do rendimento disponível das famílias e dos agregados familiares mais carenciados que são, por regra, aqueles que mais utilizam a rede de transportes públicos regional e numa promoção da mobilidade de forma ambientalmente sustentável, através do fomento da utilização alargada do transporte público em detrimento do uso do automóvel particular.

A Comissão deliberou ouvir o Secretário Regional da Ciência Tecnologia e Equipamentos sobre esta matéria.

A Comissão procedeu à audição do Secretário Regional da Ciência e Tecnologia, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta delgada, no dia 8 de Junho de 2009.

No Início da reunião foi dada a palavra ao Deputado do PS, Alexandre Pascoal, para que fizesse a apresentação do Projecto à comissão. O Deputado referiu que a introdução do passe social, também conhecido por “combinado” ou “intermodal”, tem implicações complexas na Região Autónoma dos Açores dada a sua geografia. Afirmou que este projecto implica uma aplicação em subsistemas de transporte por ilha e que terá como consequencia a procura de melhores horários, mais flexibilidade laboral, o incentivo ao lazer através de uma maior mobilidade e tornar disponível às famílias mais carenciadas, um melhor preçário e assim incrementar o recurso ao transporte público.

Acresceu, que com esta medida é possível tornar mais aliciante o recurso ao transporte público, recomendando, por outro lado, a melhoria da informação ao cliente. “O que o Passe preconiza é proporcionar várias viagens com um documento único, reduzindo o custo por viagem que é inadequado aos rendimentos da maioria dos que utilizam o transporte público.”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Deputado do PSD, Jorge Macedo, propôs uma alteração ao Projecto de Resolução, relacionada com a informatização da informação sobre carreiras a fornecer ao utente.

O Deputado do PS, Alexandre Pascoal, respondeu que o texto da proposta preconizava o tipo de serviço proposto pelo Deputado do PSD.

O Secretário Regional da Ciência Tecnologia e Equipamentos começou por agradecer a oportunidade que lhe tinha sido dada pela Comissão para esclarecer o ponto de vista do Governo sobre esta matéria.

O Secretário Regional da Ciência Tecnologia e Equipamentos referiu que os transportes colectivos terrestres têm alguma complexidade, pois são oito subsistemas, nas diferentes ilhas.

O Secretário Regional fez uma pequena súmula do investimento já realizado no âmbito de transportes terrestres, tendo dado principal ênfase à remodelação da frota através do programa Siriarte – que permitiu renovar mais de 190 autocarros. Disse: “Cada novo autocarro emite 7 vezes menos de CO2 que os antigos. São também mais económicos em consumo de combustível o que representa uma economia para as transportadoras e para a região na ordem dos 600.000 euros. “

Acresceu que temos de olhar esta questão de forma integrada, pois até 2010 podemos continuar a renovação da frota, se as empresas acompanharem esse esforço.

A introdução deste tipo de passe combinado, implica por um lado, uma análise cuidada para melhorar os itinerários, tarifários e horários, tendo em atenção também o trabalho nocturno e transporte escolar. E por outro, um particular esforço do Governo dos Açores junto da união europeia para que considere o transporte público, como matéria de “interesse publico”, logo passível de apoios estatais.

O Secretário da tutela dos transportes informou a comissão que, há na região 84 tarifas que com a introdução de este tipo de passe terão de ser reformuladas ou extintas. E que também há neste momento os seguintes descontos: 60% para



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

idosos; 50% para pensionistas por invalidez; 30% passes limitados/mensais; 10% para pré-comprados.

O Secretário referiu ainda, que esta proposta podia ser enquadrada no que consta no programa do Governo no âmbito do tema Transportes Terrestres. Por outro lado, explicou que o Governo ponderava dar um nome diferente ao “Passe Social”, pois objectivo da execução da proposta, vai, em sua opinião, muito mais além do carácter meramente social. Nesse sentido referiu que o “Governo pensa chama-lo Passe Combinado.

No seguimento, do comentário do deputado do PSD, Jorge Macedo, replicou que o Governo quer avançar para a digitalização das paragens de autocarros, para fornecer mais atractividade do serviço de transporte público. Vamos avançar para a melhoria da informação escrita e com a introdução de novas tecnologias.

Queremos distinguir o passe ilimitado, em termos de viagens (neste momento 44 a 52 viagens) que não é útil, porque quem não as fizer perde essas viagens.

O Deputado do PSD, questionou se o Secretário estava a defender um passe combinado, quando o tema da resolução era um passe social, de cariz social dirigido a famílias carenciadas”.

O Secretário dos Equipamentos, referiu que o modelo de passe apresentado, iria ter um impacto social muito grande, pois implicava descidas nos preços significativas, para além de permitir uma desburocratização acentuada fruto do passe ser combinado a todos os itinerários e horários. Por outro lado, afirmou, que este passe não se fica apenas pelo âmbito social, pode ter abrangência a sectores como o turismo ou até o desporto.

O deputado do CDS/PP, Pedro Medina questionou o Secretário de como ia o Governo implementar esta medida nos Açores, nomeadamente:

- Como vai o Governo implementar esta medida em 8 subsistemas diferentes?
- Todo ao mesmo tempo ou gradual?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- Irá ocorrer discriminação em função da dimensão da ilha? Supostamente deveria este passe ser igual para todos, mas o custo por quilómetro em cada uma das ilhas é certamente diferente?
- Até que ponto a realização deste projecto depende da ajuda europeia?
- Quem seriam os grandes beneficiários do passe social?

O Secretário da Ciência Tecnologia e Equipamentos, respondeu ao Deputado do CDS/PP, referindo que a aplicação da medida será feita em princípio a todos os subsistemas ao mesmo tempo, tendo em conta o estudo económico que está a ser realizado sobre esta matéria.

O Deputado do PS, Alexandre Pascoal, esclareceu que a proposta do PS, preconizava um passe social, intermodal ou combinado semelhante ao que existe em Lisboa, com o L1, L2 ou L3 que são todos passes sociais, mas com designação diferente, mas que possa também ser utilizado como o “Passe Sete Colinas” que é um passe turístico.

Por outro lado, referiu o deputado, objectivo pretendido é um acesso generalizado do passe a toda a população, pois em princípio este permitiria viagens em quaisquer sistemas de transporte colectivo terrestre existente. Salientou, que é fundamental que câmaras municipais com redes de transportes próprias, como Ponta Delgada, sejam sensíveis a este tipo de medida.

O Secretário dos Equipamentos referiu, que nunca será possível uma redução significativa das tarifas sem a autorização da Comissão Europeia.

O deputado do BE questionou o Secretário sobre estudo económico, nomeadamente, sobre quem o estava a realizar e qual o seu âmbito. Por outro lado, interrogou o membro do Governo sobre o motivo pelo qual as poupanças anunciadas com a introdução dos novos autocarros não se terem reflectido nas tarifas praticadas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Secretário dos Equipamentos, referiu que o programa Sidiarte é comunitário e o seu único objectivo é renovação da frota com redução dos impactos ambientais. Não sendo possível, neste âmbito, outro tipo de negociação que implique matérias de tarifário. Referiu que o estudo incidia sobre os horários, rotas e preços. Referiu ainda que, com o estudo, se pretendia saber como reduzir os tarifários, mas que pelo conhecimento que tinha da estrutura das empresas, entendia que estas teriam de ser apoiadas para se efectuar a redução dos preços e logo ter-se-ia que “sensibilizar a UE” para que esse apoio se pudesse concretizar.

Foi ainda referido que quem tem a seu cargo a realização do estudo económico é serviço coordenador do transporte terrestre, para sustentar a realização de um caderno de encargos do passe social.

Para concluir, Secretário quis salientar que há muitos aspectos a considerar para além dos 8 subsistemas, só em São Miguel existem três áreas diferentes com três operadoras, o que dá alguma complexidade na preparação deste processo.

O Deputado do CDS/PP perguntou se a implementação do passe social poderá vir a implicar perda de benefícios, por exemplo, no que respeita aos descontos para idosos. Isto porque, em sua opinião, as regalias obtidas pelo caso dos idosos, são superiores às agora propostas para o passe social.

O Secretário dos Equipamentos replicou, afirmando não pode, “neste momento estar a afirmar percentagens, tudo dependerá do estudo em curso. O que se pode afirmar é que vai haver redução global com diferenciação positiva e que ninguém perderá nenhum desconto.”

A Comissão decidiu por maioria dar parecer favorável à presente proposta com os votos a favor do PS e BE e com as abstenções com reserva para plenário do PSD e do CDS/PP.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Relator

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Francisco V. César".

Francisco V. César

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José de Sousa Rego".

José de Sousa Rego